



TURISMO E CULTURA

DESTINOS E COMPETITIVIDADE

FERNANDA CRAVIDÃO
NORBERTO SANTOS
COORDENAÇÃO

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO EM CONTEXTO RURAL: O CASO DE PÓVOA DÃO

1. Introdução

Depois de terem atingido o auge na ocupação do espaço em meados do século XX, a agricultura e a população rural portuguesa entraram em declínio praticamente até aos nossos dias. Processos migratórios internos e externos, a democratização e o desenvolvimento da sociedade portuguesa, a adesão à União Europeia e as consequências daí decorrentes, determinaram caminhos divergentes para a agricultura, a sociedade e o espaço rural (Baptista, 2001): declínio da agricultura e da população rural; novas utilizações para o espaço rural; dissociação da economia e da população rural do espaço rural; interpenetração do rural e urbano.

Estas transformações não foram exclusivas do território nacional e seguiram de perto as transformações da própria política agrícola comum (PAC) da União Europeia. Assim, as políticas e medidas determinadas pela Comunidade para o mundo rural, no âmbito das recentes reformas da PAC, passaram a desenvolver-se segundo uma perspetiva integrada ou multissetorial, assentes nas realidades locais, nas quais o reforço das economias locais passou a contemplar, também, o rural não agrícola.

Neste contexto, a valorização do património cultural de âmbito rural aparece como uma estratégia relevante nos processos de desenvolvimento rural, um pouco por toda a Europa (Pérez, 2003) e também em Portugal. Em casos particulares, a conservação de um abrangente leque patrimonial, nomeadamente o edificado, as identidades culturais e os *saber-fazer*,

constitui mesmo uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento de vastas áreas rurais marginalizadas (Cordovil, 1997).

A ativação do património, através de processos de *patrimonialização*, deve ser olhada segundo uma perspetiva horizontal, integrada, multissetorial e pluridisciplinar. Daqui resulta a necessidade de uma estratégia concertada entre os diversos atores locais, sejam as próprias populações e seus representantes legais, sejam associações de natureza diversa, de âmbito local ou rural. O turismo, as novas formas de lazer ou as segundas habitações em meio rural surgem, muitas vezes, como oportunidades para a recuperação e salvaguarda do património. O turismo em espaço rural assume um papel relevante na conservação e gestão da diversidade das paisagens naturais, históricas e culturais, com as suas aldeias e lugares, onde o património edificado, com os seus traços arquitetónicos próprios, são motivos de atração turística (Cavaco, 1999: 44). Também o fenómeno da residência secundária, protagonizado por população urbana ou migrantes, é indutor de transformações sociais nos espaços rurais, gerando novas dinâmicas no seio da vida local (Castelo e Ferreira, 1991). O património é ainda utilizado para a reconstrução de identidades (Pérez, 2003), enquanto memória coletiva do povo (Menéres, 1987).

O presente trabalho tem por objetivo analisar um caso de *patrimonialização* pela via do mercado, onde se pretendeu dar uma nova utilização a uma antiga aldeia abandonada, *Póvoa Dão*, situada na freguesia de Silgueiros, no concelho de Viseu, Portugal. Começa-se por analisar as transformações verificadas no mundo rural nos países ibéricos, seguindo-se dois pontos sobre conceitos e contextos de *património* e processos de *patrimonialização*. Finalmente aborda-se o caso particular em análise, *Póvoa Dão*, tentando verificar em que medida a requalificação desta aldeia configura um processo de *patrimonialização*.

A metodologia utilizada consistiu, para além da pesquisa bibliográfica, na consulta de literatura jornalística regional e nacional e na realização de entrevistas semi-estruturadas a *informadores-chave* sobre o assunto em estudo, nomeadamente representantes da entidade promotora do projeto, do poder local e da comunidade envolvida (residentes, ex-residentes e visitantes).

2. A transição rural nos países ibéricos

Portugal, e a generalidade dos países do Sul da Europa, conheceram nas últimas décadas profundas alterações no seu mundo rural. Estas alterações têm sido marcadas por dinâmicas de sentido inverso: por um lado, um êxodo acentuado por parte das populações rurais, dando origem aos designados *territórios de baixa densidade*; do outro lado, o retorno e a chegada de populações que lhe são externas, como residentes ou simples visitantes, normalmente de origem urbana. Considerando o maior fluxo do primeiro tipo e o caráter temporário do segundo, sobretudo orientado por lógicas de lazer e consumo, o saldo mostra-se desequilibrado no sentido da desertificação populacional. Em resultado, pesem embora as expectativas contrárias de alguns atores sociais face às mudanças atuais, os influxos, de pessoas e capitais, não se têm realmente mostrado capazes de gerar dinâmicas locais de desenvolvimento.

Estes fluxos de pessoas têm permitido igualmente o esbatimento da dicotomia cidade-campo, já de si atenuada pela generalização dos modos de vida e de consumo. Todavia, as diferenças continuam ainda a ser notórias, em particular nas visões e imaginários que cada um tem de si próprio e dos outros. Assim, o rural é ainda um espaço utilitário para os rurais, o lugar onde vivem e produzem, enquanto se vem tornando um espaço estético e de consumo para os urbanos: o lugar de lazer, a reserva cultural, ambiental e social. Em suma, o rural é visto, ao mesmo tempo, como um lugar para viver e outro para visitar (Figueiredo, 2003).

A transição do rural tem sido um assunto estudado na generalidade dos países europeus, apresentando formas distintas conforme se trate dos países do *centro* ou da *periferia* (Wallerstein, 1984), em particular dos países ibéricos. Em todos os casos se verifica a passagem de uma agricultura produtivista, onde o espaço agrícola se confunde com o espaço rural, para uma situação de multifuncionalidade, onde a agricultura perdeu o seu papel hegemónico e se distanciou das economias e das populações rurais. A população rural deixou de ter a agricultura como a sua base ocupacional e económica, passando maioritariamente a desenvolver atividades não agrícolas, de onde retira, também, a maioria dos seus rendimentos.

Esta questão assume contornos diferenciados conforme os espaços considerados. Enquanto no Centro e Norte da Europa a multifuncionalidade da agricultura assume um papel relevante na diversificação da economia rural (Van Der Ploeg e Long, 1994; Van Der Ploeg *et al.* 2000), nos países ibéricos os rendimentos das famílias agricultoras provenientes das atividades não agrícolas são, hoje, pouco significativos e dependem muito do tipo de agriculturas instaladas (Alegre e Baptista, 2009; Baptista, 2010). Nestes países as lógicas prevalentes de ocupação (ou de não ocupação) do espaço têm vindo a afastar-se, cada vez mais, quer dos agentes, quer dos interesses, quer das estruturas agrícolas.

Particularmente em Portugal verifica-se uma acentuada dissociação entre a população rural, a economia agrícola e o espaço rural. A diminuição do espaço dedicado à agricultura é notória desde a década de sessenta do séc. XX, ocupando hoje, na sua função produtiva, isto é, com o objetivo de produzir resultados económicos através da produção de bens e serviços, apenas 23% do território português. Para além deste tipo de produção agrícola, a maior parte do espaço rural é hoje ocupada por área florestal orientada também para a produção de bens e serviços florestais (29%), e por outras áreas cuja lógica de funcionamento se afasta da lógica produtiva (42%). Nesta última percentagem está incluída a área florestal não produtiva, áreas improdutivas e incultas, assim como as áreas que, apesar de dedicadas à agricultura, baseiam a sua lógica de funcionamento na maximização de subsídios, cujo montante é independente da produção obtida, ou seja, uma lógica de renda fundiária (Baptista, 2010: 144).

Relativamente à população rural, mais precisamente a população residente no espaço rural, ela articula-se hoje não só com a agricultura mas, sobretudo, com outros setores da atividade económica, ou seja, com o mercado de trabalho em geral. Assim, reconfiguram-se hoje novos modelos de ocupação do espaço, onde a densidade populacional assume um papel-chave na definição do rural: (i) o *rural urbano*, prevalente no litoral do Continente português desde o Minho à península de Setúbal; (ii) o rural assente na *indústria e serviços* e o *rural agrícola*, que ocupam uma zona de transição que vai do Minho interior ao Vale do Tejo, mais o litoral do Algarve; (iii) o rural de *baixa densidade* que ocupa todo o

interior de Trás-os-Montes, Beiras, Alentejo e parte da Serra Algarvia (Baptista, 2010: 126-128).

No plano social, a influência da agricultura persiste na ocupação do espaço e na sociedade rural, muito para além da sua expressão económica (*Ibidem*: 147). Vários fenómenos explicam esta persistência: pelo lado da oferta, a pluriatividade da população agrícola, as relações familiares e a ligação recente com a terra de operários-agricultores; do lado da procura, e como veremos a seguir, as novas procuras urbanas reforçam a reconstrução de novas identidades culturais, baseadas na herança histórica e simbólica do rural.

A transição do rural foi acompanhada de perto por alterações significativas no mundo urbano, em particular na forma como olha o rural. As *novas procuras urbanas*, isto é, os processos de mudança e reorientação de práticas e comportamentos no domínio do consumo, emergentes ao nível de setores cada vez mais alargados da população citadina (Ribeiro, 2000: 31), direcionadas para o mundo rural, suas paisagens e modos de vida. Esta autora caracteriza estas novas procuras pelo retorno e recuperação do que se perdeu, ou se suspeita ter-se perdido ou estar em vias de se perder, nas cidades e nos modos de vida urbanos: trata-se, entre outros, da natureza e da pureza das suas formas, das relações sociais e dos ritmos de vida humanizados, do sentido de pertença e das raízes, da genuinidade, da autenticidade e da originalidade, das tradições, dos usos e costumes, etc. (*Ibidem*: 34).

O turismo tem sido uma das vias em que se têm revelado estas novas procuras urbanas. Com um crescimento assinalável nos últimos anos, a procura de serviços turísticos tem vindo a ser estimulada pelo desenvolvimento de novos produtos e novos destinos, podendo ser assinaladas algumas tendências gerais onde a relação com o *Ambiente* e a *Natureza* assume uma posição de relevo (Carvão, 2009): facilitação das viagens, em particular de longo curso, em resultado da crescente liberalização do transporte aéreo e a expansão das companhias aéreas *low cost*; aumento das viagens *tailor-made* facilitadas pelo incremento das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e da *Web 2.0*; aumento relativo de turistas seniores, solteiros e famílias monoparentais, devido a alterações na

composição dos agregados familiares; crescente consciência ambiental, reforçada pelos debates sobre mudanças climáticas, o que tem levado à incorporação de práticas de *desenvolvimento sustentável* na atividade turística por parte dos próprios turistas, empresas e gestores de destinos; procura da complementaridade nas opções de viagens (por ex., praia complementada com atividades de natureza); desenvolvimento de novos destinos e produtos, com acesso a produtos autênticos da cultura local; desenvolvimento da procura e oferta de produtos *wellness*; procura de experiências com possibilidade de o turista aumentar e expandir os seus conhecimentos; alterações no conceito de luxo que passa agora pelo acesso a algo único e exclusivo, mais no sentido do autêntico e genuíno do que da extravagância ou excentricidade.

3. Património, cultura e património cultural

Embora na literatura académica de âmbito cultural (e também neste trabalho) o termo *Património* tenha muitas vezes subjacente que se trata de património de natureza cultural, a verdade é que estamos perante um conceito de âmbito mais vasto, usado em muitas aceções, quer no âmbito privado, como o património pessoal e familiar, quer no âmbito coletivo, como seja o património material de natureza e utilidade pública (caminhos, estradas, iluminação pública, etc.). Esta questão não se coloca na literatura inglesa, onde existem dois termos distintos para designar estas diferentes aceções: *Heritage* e *Patrimony*. É de *Heritage* que falamos aqui.

O *património cultural* pressupõe a adoção de uma perspetiva antropológica da *cultura*. Assim, a cultura é entendida aqui de uma forma holística e abrangente, como tradução do modo de vida das pessoas inseridas em determinada comunidade. Ela traduz o que as pessoas pensam, o que dizem, o que fazem ou produzem. A cultura é presente; um presente em contínua mutação. O património é passado, é um legado que se herdou e/ou que se deixa como herança.

O património cultural tende a representar a cultura, na aceção descrita, sob a forma de objetos, sejam de natureza material ou imaterial.

Mas representa-os de uma forma simbólica, tornando-se, assim, numa representação simbólica da cultura. A noção de pertença destes objetos redefine os significados sociais de uma comunidade, reconstrói memórias e identidades coletivas.

Como vimos, nem todo o património é cultura, assim como nem toda a cultura é *patrimonializável*. Este conceito, a *patrimonialização*, pode ser entendido como um processo de ativação do património cultural (Pérez, 2009: 147 ss) e que se traduz na transformação de bens de raiz cultural em património cultural. Neste processo, e para além dos fatores geralmente atribuídos ao património cultural, como os valores histórico, estético ou artístico, ou os valores de antiguidade e de contemporaneidade, torna-se hoje necessário converter em signo identitário determinados elementos culturais de especial significação, dentro de um determinado contexto cultural (Pérez, 2003: 235). Para isso, sendo fundamental o papel dos especialistas nos processos de *patrimonialização*, são também importantes os papéis dos agentes sociais implicados, tendo em conta que aqueles processos estão muitas vezes associados a tensões, conflitos e negociações (*Ibidem*).

O património resulta, assim, de um processo de construção social e política. Ele é o resultado de uma negociação e consenso que determina o que é *patrimonializável*, ou seja, que partes, que trechos, que componentes da cultura se exumam do passado e se legam ao futuro. Neste sentido, o património é uma invenção do passado (Prats, 1997 e 1998) e a *patrimonialização* a sua reinvenção.

A emergência de um património é, geralmente, marcada por três etapas (Peixoto, 2002: 2). (i) A primeira remete para o momento em que a sociedade ou um grupo social produz aquilo que necessita para assegurar a sua sobrevivência física. Trata-se da resolução dos problemas práticos, com recurso a uma tecnologia apropriada ao tempo que se vive. (ii) A segunda etapa corresponde ao momento de tomada de consciência. Ela resulta de uma qualquer transformação que coloca fora do campo utilitário inicial o objeto produzido. (iii) Na terceira e última etapa, o objeto adquire uma identidade própria, uma identidade patrimonial, reclamando e justificando um reconhecimento público e um estatuto de gestão coletiva.

É na passagem da segunda para a terceira etapa que a ideia patrimonial emerge e se cristaliza.

Do processo descrito resulta que a emergência do património tem, naturalmente, um tempo longo. Um tempo de morte e ressurreição das coisas, um tempo de invenção e reinvenção, de acordo com as vivências e compromissos de cada sociedade ou grupo social.

4. A Patrimonialização no contexto da transição do rural

As mudanças recentes no mundo rural propiciam uma crescente preocupação com a *patrimonialização* de bens culturais, sendo este processo muito usado como instrumento de política de desenvolvimento local. Peixoto (2002) fala mesmo em *histeria* do património. Na maioria dos casos, trata-se da atribuição de novos valores, usos e significados a imóveis ou simples objetos (património material), assim como a saberes e modos de vida (património imaterial). O que é novo, porém, é: (i) a elasticidade da noção de património (quase tudo no rural é *patrimonializável*); (ii) a redução drástica do tempo necessário para fazer emergir uma consciência patrimonial; (iii) a emergência de uma lógica de gestão do património, que ganha terreno à lógica de conservação. Esta lógica de gestão é justificada pelo aparecimento de um ativo e numeroso grupo de “profissionais” (profissionais propriamente ditos, amadores, políticos ou técnicos), que investem forte e voluntariamente nas ações de *patrimonialização*. Todas estas características, “mais do que resultarem de uma presumível predisposição passadista, surgem como estratégias que visam atuar sobre o presente e sobre o futuro”. Parece, assim, estarmos “perante uma lógica de produção de património, o que possibilita a comparação da *patrimonialização* a uma indústria que depende dos seus empresários, promotores, operários e consumidores” (Peixoto, 2002: 7-12).

Em todos estes processos, duas questões, intimamente ligadas, se tornam fundamentais: a questão da *identidade* e a *legitimação* do património, ou da sua *patrimonialização*. Identidade é o reconhecimento da pertença a um grupo ou comunidade humana, baseada na percepção da

semelhança entre os elementos do grupo (“nós”) e da diferença relativamente aos “outros”. Deste modo, e atendendo ao conceito de património acima referido, património e identidade são dois conceitos intimamente relacionados: a identidade como a “essência” de um determinado coletivo humano; o património como a sua manifestação “natural”, que sobrevive ao decurso do tempo e que é preciso resgatar e preservar a todo o custo. “Perder” património é também “perder” identidade (Peralta e Anico, 2008: 1).

Identidade e património são ambos fições que veiculam imagens social e politicamente negociadas e histórica e culturalmente construídas (*Ibidem*: 3). Por isso, em cada momento e em cada época, existe um património que é selecionado por cada comunidade, ao qual é conferida uma significação específica, não tanto pelo que representou no passado, mas pelo que representa no presente e se projeta no futuro. Neste processo, e para que o património se perpetue, é necessário um nível mínimo de consenso social, de forma a criarem-se “universos simbólicos *legitimados*” (Berger e Luckman, 1999), ou seja, representações simbólicas da realidade de que já acima se falou.

Esta legitimação, contudo, carece de protagonistas. Baptista (s/d) aponta três vias principais para que um património assuma uma relevância legitimada e reconhecida pela comunidade: (i) o estudo científico ou académico do património em causa, levado a cabo pelos profissionais do conhecimento nas diversas áreas do saber; (ii) a intervenção de entidades públicas, privadas ou associativas (os “profissionais”) apostadas na inventariação e classificação do património; (iii) o próprio funcionamento do mercado, seja por sistemas de certificação institucionalizados, como no caso dos produtos agrícolas de qualidade, seja pela ação de promotores, “constructores” de património, como é o caso que versamos no presente estudo.

5. O projeto *Póvoa Dão*

A aldeia *Póvoa Dão* localiza-se na margem esquerda do rio Dão e é uma das mais antigas da freguesia de Silgueiros, a maior das 34 freguesias do concelho de Viseu.

É incerto o ano da fundação desta aldeia, antes denominada “Póvoa de Jusã” (Póvoa de Baixo), por contraposição a outra existente mais acima, no planalto; no entanto, de acordo com Pires (2008: 7), “a sua existência já é referida nas inquirições afonsinas anteriores a 1258”. A aldeia foi sendo edificada, em terrenos próprios, para alojar os rendeiros que trabalhavam nas terras da “Casa do Loureiro”, o primeiro proprietário daquele território e em cuja família permaneceu cerca de 700 anos.

Existem no povoado vestígios da passagem dos Romanos, em particular a via que ainda hoje atravessa a aldeia, que partia de Viseu, passava por Oliveira de Barreiros e seguia para Tábua. Terão também construído uma ponte sobre o rio Dão e deixaram como marca indelével a cultura da vinha.

Nos finais do séc. XIX, a propriedade de 120 hectares, onde se encontra inserida a aldeia, passou para a posse de um grande empresário agrícola da região, Santos Lima, um dos maiores produtores de vinho do Dão. Na década de 1990, a quinta foi adquirida por um grupo empresarial com vista à sua reconstrução para fins de turismo rural.

Vindo ao encontro da vontade do poder local, a recuperação fez-se, e continua a fazer-se, sob o lema da requalificação arquitetónica. A reconstrução das casas respeitou a traça original, recorrendo a técnicas e materiais tradicionais na região, pedra de granito, madeira e telha *canudo*, mas dotando-as de equipamentos modernos. O resultado final apresenta casas que exteriormente têm um aspeto medieval e no interior oferecem as comodidades do séc. XXI.

Atualmente, encontram-se já recuperadas 32 casas, a capela, 4 fornos comunitários e a calçada romana, que integra as Rotas Romanas do Dão (1.^a e 2.^a fases do projeto). Falta ainda recuperar 35 casas dispersas pela quinta, as “Casas da Eira”, o que constituirá a 3.^a fase do projeto. Além destas recuperações, foram construídas de raiz algumas estruturas de apoio, como uma piscina, um campo de ténis e um bar-restaurante, o qual resultou da integração e recuperação de duas casas e respetivos pátios.

Das 32 casas já recuperadas, 16 foram vendidas a particulares e as restantes estão disponíveis em regime *de turismo de aldeia*, gerido pela mesma entidade promotora. A venda das casas obrigou a uma alteração

nos direitos de propriedade, criando-se um espaço misto, privado (casas e pátios) e público de acesso livre (arruamentos e infra-estruturas).

Sob o ponto de vista ambiental e paisagístico a quinta é constituída por uma unidade agro-florestal, onde foi reforçada a flora autótone com espécies como o carvalho, o castanheiro e a cerejeira, sendo frequente encontrar também fauna autótone, como melros de água, raposas, javalis e lontras. A quinta acompanha o rio Dão numa frente de 2,5 km, onde abundam barbos e bogas, tendo ainda participado na estruturação do povoado, quer como recurso natural, quer como barreira no acesso ao resto da freguesia. Aliás, teria sido mesmo esta, uma das circunstâncias que conduziu ao surgimento, ou pelo menos ao reforço do povoado, tendo em conta a dificuldade de travessia do rio, sem ponte, nos longos meses de invernía. Sob o ponto de vista agrícola, as culturas são produzidas pelo modo de produção biológico e os produtos obtidos são usados no restaurante ou vendidos aos residentes. Quer os proprietários residentes, quer os visitantes podem participar nas atividades agro-pecuárias: cultivo de milho, batatas, legumes, fruta, vinho, azeite e no tratamento dos animais.

Foi a inserção da aldeia numa quinta privada que possibilitou a manutenção da sua traça medieval e a sua preservação integral até aos dias de hoje, sem a “descaraterização ordenada pelo progresso e pelos estilos trazidos pelos emigrantes” (Outeiro, 2009: 8), que se verificou nas aldeias vizinhas. Manteve-se, assim, um conjunto arquitetónico rural coeso, apesar do estado avançado de degradação a que chegou, suscitando por isso um grande interesse económico, histórico, social e cultural.

6. A patrimonialização de *Póvoa Dão*

A questão que importa agora colocar pode ser assim enunciada: até que ponto poderemos considerar o projeto *Póvoa Dão* como um processo de *patrimonialização* em contexto rural?

Para dar resposta a esta questão, iremos de seguida (i) verificar as etapas para a emergência de um património definidas por Peixoto e acima

referidas, (ii) verificar se o mercado, os promotores ou os agentes culturais validam e legitimam o processo e, finalmente, (iii) verificar se os diversos tipos de consumidores se identificam (ou não) com o suposto património.

A aldeia *Póvoa Dão* nasceu da necessidade prática de alojar os trabalhadores da quinta e cresceu na medida dessas mesmas necessidades. Durante séculos foi igual a tantas outras da região (1.^a fase). Nas últimas décadas, porém, e tal como as outras, a aldeia conheceu o êxodo rural. Todavia, a particularidade da sua condição de propriedade privada, conduziu-a a dois efeitos opostos. Se, por um lado, a impediu de se descaraterizar com novas e diferentes construções, mantendo a sua unidade funcional e tradicional; por outro lado, impediu-a de se revitalizar e rejuvenescer. A aldeia morreu com a transição rural, perdeu a sua utilidade (2.^a fase). Mas foi precisamente a sua unidade funcional, apesar do avançado estado de degradação a que chegou, que lhe conferiu potencial interesse económico, cultural e patrimonial. As ruínas da aldeia reuniam todas as condições para serem recuperadas, ou seja, poderiam ser *patrimoalizáveis* (3.^a fase). É isso que importa analisar.

Aos olhos dos consumidores, o *valor patrimonial* da aldeia foi legitimado a vários níveis. Sob o ponto de vista do mercado, o investimento teve êxito. Dezasseis casas foram vendidas; as restantes, juntamente com serviços complementares, alojam um *turismo de aldeia*. O negócio parece rentável, levando os promotores a progredirem em etapas sucessivas do projeto. Os agentes culturais não poupam elogios ao resultado, tendo-se registado mesmo algumas exposições de arte no restaurante. Para valorizar o património natural e cultural, foi concebido e implementado um percurso pedestre, composto por quatro trilhos com seis quilómetros, integrado num conjunto mais vasto de percursos desenhados em muitas das 34 freguesias do concelho de Viseu.

A questão da identidade (Ashworth, 1994; Peralta e Anico, 2006) pode ser aqui analisada através do sentimento de pertença percebido pelos diversos tipos de intervenientes, a que correspondem outras tantas formas de fruição da aldeia. Dos antigos residentes, resta apenas um casal de idosos que decidiu ficar numa das casas recuperadas, mantendo, orgulhosamente, a ligação com os novos residentes. Quanto à sua satisfação,

ela é evidente: “nunca pensei que ia ficar melhor que antigamente... isto agora está uma beleza”.

Dos descendentes, duas situações merecem reparo. Nos poucos que residem nas proximidades, fica o gosto pela recuperação e reabilitação, embora tenham perdido os lugares precisos das suas memórias, sobretudo em resultado da reorganização parcial dos espaços exteriores e divisórias das casas. Por via disso são, provavelmente, os mais críticos das soluções urbanísticas encontradas. Quanto aos restantes, moram agora no estrangeiro ou nas grandes urbes, ficando-se por escassas e rápidas visitas.

Da sociedade envolvente (da freguesia de Silgueiros ou mesmo do concelho de Viseu), tanto pela voz dos representantes do poder local, como pela parte da população em geral, a posição é unânime: “É o orgulho da terra” e o “cartão de visita da região”.

Relativamente aos novos residentes, os que compraram, as suas vivências urbanas permitem-lhes outro tipo de apropriação e identificação. A aldeia é um “espaço rústico”, um local de “descanso e liberdade”, fundamental “para fugir à rotina”, onde a “pedra e elementos naturais”, possibilitam um “regresso às origens e à terra”. Finalmente, turistas e visitantes compartilham identidades conforme as suas próprias vivências: para os genuinamente urbanos, a aldeia não deixa de ser um “*resort*” pitoresco ou folclórico, mas sempre calmo e tranquilo; para os menos urbanos, os que mantêm ainda alguma ligação ao rural, trata-se de um lugar de memórias, de outros espaços que foram seus e se perderam com o desenvolvimento.

Das antigas sociabilidades restam memórias contadas à exaustão pelo casal de idosos, pelos descendentes dos antigos moradores ou por outros intervenientes. Neste caso, memórias já em segunda ou terceira versão, muitas vezes reinventadas. Elas referem-se, por exemplo, aos longos períodos inverniais em que o pontão no rio Dão ficava coberto de água e impedia a ligação ao resto da freguesia, a ida à escola, à missa dominical ou dificultando mesmo o enterro dos mortos; aos “namoricos” e aos diversos eventos que ocorriam no largo da aldeia, como os bailes festivos ou o discurso do Entrudo proferido anualmente pelo “José Mendes”; à entreaajuda manifestada na utilização dos 8 fornos (cedidos

por quem os detinha), nos trabalhos agrícolas, ou no empréstimo dos “produtos comprados” e que ocasionalmente faltavam, como o petróleo, os fósforos, etc.

As novas sociabilidades são definitivamente marcadas pela urbanidade. Alguns dos novos residentes ainda se ajustam a alguns comportamentos locais: por exemplo, o casal de residentes passou a ser o “avô” e a “avó” das crianças da nova geração. Esquecidas as antigas referências espaciais, foi criada uma nova toponímia das ruas e largos da aldeia, espelhando a importância de atividades centenárias ou de alguns antigos moradores emblemáticos.

Para a comunidade local, e aproveitando a abertura do bar e restaurante, a aldeia tornou-se um local esporádico de visitação e convívio: para fruição dos próprios, logo no início; para mostrar aos amigos que os visitam, mais tarde. O restaurante, em particular, tornou-se uma referência regional ao recuperar e promover exemplares da gastronomia local, tendo sido contemplado com alguns prêmios a nível nacional.

Algumas festividades foram reinventadas (Chevallier, 2000). A celebração da festa de Santo Amaro, protetor dos ossos e da caça, a 15 de Janeiro, foi reabilitada na capela da aldeia. Os caçadores ainda aparecem, devidamente trajados e armados. Mas já não cumprem a velha tradição de abaterem a tiro alguns exemplares de pinheiro bravo da quinta. Em nome dos novos valores ambientais, a tradição foi proibida pelos novos proprietários, com desagrado de poucos e a concordância da maioria. Os antigos bailes e outras diversões no largo da aldeia não passam agora de representações ocasionais pelos Ranchos Folclóricos de Pindelo ou de Paços de Silgueiros.

Outras manifestações culturais foram inventadas ou reinventadas, conforme os casos: os residentes podem participar nas atividades agro-pecuárias em geral; são organizadas atividades específicas de vindimas, cujo final é comemorado com a tradicional *adiafa*, um jantar especial, preparado com produtos da região, etc.

7. Conclusão

Do que foi dito podemos concluir que a reabilitação da aldeia *Póvoa Dão* configura um caso de *patrimonialização*, legitimada e valorizada pelo mercado e sancionada pelos atores sociais envolvidos. Assim, o investimento realizado permitiu a recriação de valor identitário direto para antigos e atuais residentes, ex-residentes e restante comunidade local, e indireto para turistas e visitantes identificados com o mundo rural. Permitiu também reativar memórias de sociabilidades passadas, e possibilitou, ao mesmo tempo, novas sociabilidades para as comunidades locais e os novos residentes. Todavia, regista-se uma fraca intensidade na interação com a população local.

Sem peso significativo nas dinâmicas locais, o complexo residencial provocou um impate positivo no desenvolvimento local: instalação de um empreendimento turístico (turismo e visitação); residência temporária (2.^a habitação) de quase duas dezenas de famílias; fator de empregabilidade (quase todos os funcionários da empresa *Póvoa Dão*, S.A. são oriundos da região); ativação, em regime extensivo, de uma exploração agro-florestal de 120 ha; preferência pelo aprovisionamento de produtos locais e regionais; complementaridade com empreendimentos turísticos regionais.

As principais críticas dos representantes das instituições locais não valorizam aspetos negativos do projeto. Dão ênfase, isso sim, ao que consideram ser um insuficiente aproveitamento dos recursos existentes, tanto ao nível do empreendimento propriamente dito (aldeia e quinta onde está inserida), quer ao nível dos recursos regionais. Apontam, nomeadamente, para: o fraco aproveitamento de todas as potencialidades do local; a pouca solicitação de parcerias locais; a fraca colaboração com as entidades e instituições locais; a insuficiente animação turística. Em suma, alguns representantes da comunidade local “esperavam mais”. Na prática, esperavam de uma iniciativa privada um comportamento só comparável a uma “agência de desenvolvimento local”.

8. Referências bibliográficas

- ALEGRE, E., BAPTISTA, F. 2009, Producción agrária, gestión ambiental y transición rural. Tres dimensiones de la “cuestión rural” en la Península Ibérica. In MORENO, Luís; SÁNCHEZ, M. Mercedes; SIMÕES, Orlando (coord.), *Cultura, Inovação e Território: o Agroalimentar e o Rural*. Lisboa: SPER – Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.
- ASHWORTH, G. 1994, From History to Heritage – From Heritage to Identity. In ASHWORTH, Gregory LARKHAM, Peter (orgs.), *Building a New Heritage*, Londres: Routledge, p. 13-30.
- BAPTISTA, F. Oliveira (s/d), A transição rural e o património. ISA/UTL, documento policopiado.
- BAPTISTA, F. Oliveira, 2001, *Agriculturas e Territórios*. Oeiras: Celta Editora.
- BAPTISTA, F. Oliveira, 2010, *O Espaço Rural. Declínio da Agricultura*. Oeiras: Celta Editora.
- BERGER, P.L.; Luckmann, T. 1999, *A construção social da realidade: um livro sobre a sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dinalivro.
- CARVÃO, Sandra, 2009, Tendências do turismo internacional. *Exedra*, n.º temático: Turismo e Património.
- Castelo, A.; Ferreira, C. C. 1991, Segunda habitação em meio rural: Fontanelas, uma aldeia no concelho de Sintra. In *Comunicações do I Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*. Lisboa: SPER – Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.
- CAVACO, C. 1999, O mundo rural português: desafios e futuros? In Carminda Cavaco (ed), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, p. 135-148.
- CHEVALLIER, D. et al. 2000, L'invention du patrimoine rural. *Autrement*, n.º 194: 11-55.
- Cordovil, F. 1997, Desenvolvimento rural e a conservação do campo. *Revista Dinâmica do Centro de Estudos Sobre a Mudança Socioeconómica*, n.º 7: 1-12.
- FIGUEIREDO, E. 2003, *Um rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*. Aveiro: Universidade de Aveiro – Departamento de Ambiente e Ordenamento. Dissertação de Doutoramento.
- MENÉRS, A. 1987, Património: bem conhecer para bem defender. *Separata do Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, n.º 31: 3-6.

- OUTEIRO, M.L.C. Almeida, 2009, Póvoa Dão, do passado à actualidade (História de Portugal e perspectivas de património local), texto policopiado.
- PEIXOTO, P. 2002, Os meios rurais e a descoberta do património. *Revista da Oficina do Centro de Estudos Sociais*, n.º 175: 1-15.
- PERALTA, E.; ANICO, M. 2006, *Patrimónios e Identidades. Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora.
- PÉREZ, Xerardo P. 2003, Patrimonialização e transformação das identidades culturais. In PORTELA, J.; CASTRO CALDAS, J. (eds), *Portugal Chão*. Oeiras: Celta Editora, p. 231-247.
- PÉREZ, Xerardo P. 2009, *Património cultural. Uma visão antropológica*. El Sauzal (Tenerife): Asociación Canaria de Antropología (ACA) e PASOS, *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. (Consult.2011-09-05). Disponível em [www:<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEedita2.pdf>](http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEedita2.pdf)
- PIRES, António Lopes, 2008, *Póvoa Dão*. 2.ª ed., s/l: Póvoa Dão Lda.
- PRATS, Llorens, 1997, *Antropología y Patrimonio*. Barcelona: Ariel.
- PRATS, Llorens, 1998, El concepto de patrimonio cultural. *Política y Sociedad*, n.º 27: 63-76.
- RIBEIRO, Manuela (2000), Procuras urbanas, ambiente(s) e desenvolvimento de regiões do interior. *Douro – Estudos e Documentos*, vol. V (10): 31-41.
- VAN DER PLOEG, J.D. *et al.* 2000, Rural Development: From Practices and Policies Towards Theory., *Sociologia Ruralis*, vol 40 (4): 391-408.
- VAN DER PLOEG, J.D.; LONG, A. (eds.) 1994, *Born from within: practice and perspectives of endogenous rural development*. Assen, The Netherlands:Van Gorcum.
- WALLERSTEIN, I. 1984, *The Politics of the Worl-Economy: the state, the movements and the civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Publicações periódicas consultadas com referências a Póvoa Dão

- Correio da Manhã*: suplemento da ed. n.º 8951, de 23 de Nov. de 2003.
- Diário de Viseu*: 6 de Julho de 2007; 16 de Out. de 2007, p. 9; 19 de Agosto de 2008, p. 5; 2 de Junho de 2009, p. 4; 26 de Agosto de 2009, p. 10.
- Jornal da Beira*: ano 87, n.º 4548, 28 de Agosto de 2008, p. 11; ano 88, n.º 4584, 7 de Maio de 2009, p. 14; ano 88, n.º 4588, 4 de Julho de 2009, p. 10.

Jornal de Notícias: sexta-feira, 31 de Jan. de 1997, p.16.

Jornal do Centro: ano 7, n.º 321, 9 de Maio de 2008; ano 7, n.º 336, 22 de Agosto de 2008, p. 12; ano 7, n.º 357, 16 de Jan. de 2009, p. 3; ano 8, n.º 390, 4 de Set. de 2009, p. 22.

Notícias de Viseu: ano XXXI, n.º 1751, 8 de Maio de 2008, p. 2.

Pulsar – Revista do Grupo Catarino: n.º 6, Ed. anual, 2006.

Seleções – Reader's Digest: Fevereiro de 2004.

Visão: 17 de Julho de 2003.